

NÃO PODE
SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

À CLASSE OPERÁRIA

ANO II Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1947, N.º 100

INSTRUÇÕES ELEITORAIS

DELEGADOS E FISCALIS — CONSTITUIÇÃO DA DEFESA — COMO
FUNCIONA A SECÇÃO — O ATO DE VOTAR — ENCERRAMEN-
TO DA VOTAÇÃO — COMO FISCALIZAR AS ELEIÇÕES PARA
QUE DAS URNAS SAIAM OS LEGÍTIMOS REPRESENTANTES
DO POVO

Têm a maior importância para
todo o Brasil as eleições de Vice-
Governador, Prefeitos e Vereando-
res municipais.

E' que nesta fase perfeitamente
clara da vida nacional todos os
democratas já compreenderam
que é preciso deter a marcha ba-
stada da "ditadura" para o "golpe
de estado" a que somente será
conseguido mediante a união de
todas as forças democráticas e
progressistas, a fim de impedir
que os inimigos do povo e da De-
mocracia conquistem novas posi-
ções para sapalar o regime e des-
truir a Constituição que vêm vio-
lando todos os dias.

NÃO BASTA VOTAR

Mas não basta votar. E' preciso
que os votos, a vontade do povo,
sejam apurados. Porque a reacção
que governa contra o povo, usará
de todos os meios para fraudar o
resultado das eleições.

Dada a importância destas ins-
truções que postas em prática
pelos partidos políticos tornarão
possível sair das urnas os legíti-
mos representantes do povo livre
do Brasil.

DELEGADOS E FISCALIS

1. — Cada Partido registrado
deverá nomear um Delegado para
cada Zona Eleitoral ou Municipal
para acompanhar a votação em
cada Secção Eleitoral.

Compete aos Delegados superin-
tender as eleições em toda a
Zona, para o que a lei eleitoral
lhes confere amplos poderes para
representar seu Partido perante o
Juiz ou Junta Eleitoral.

Aos Fiscalis cabe fiscalizar a
votação desde o seu início até o
seu encerramento, assim como
acompanhar a urna até a sua en-
trega a Junta Apuradora ou à
agência do Corréio, onde também
podem e devem permanecer, re-
vezando-se dia e noite até à apa-
uração do último voto.

IMUNIDADES DOS DELEGADOS E FISCALIS

A fim de que os Delegados e

Fiscalis possam exercer suas atri-
buições sem risco de coacção ou
ameaça de violência, a lei eleito-
ral os declara "invioláveis" du-
rante as eleições, não podendo ser
précos ou delictos, seja por
que motivo ou pretexto for, "salvo
em flagrante delicto", isto é,
précos no ato de cometer ou prati-
car crime ou contravenção penal.

Mesmo na hipótese de prisão em
flagrante, poderão o Delegado ou
Fiscal, ou alguém por eles, prestar
fiança para se defenderem em
liberdade, se o delicto for aflu-
ível, caso em que deverá ser
solto imediatamente sob pena
de responsabilidade criminal e
funcional da autoridade coatora.

Essas garantias, como que a
lei protege os delegados e fisca-
lis, começam 5 dias antes e se
prolongam até 48 horas depois
de encerradas as eleições. Toda-
via mesmo depois desse período,
nenhum cidadão poderá ser pré-
co a não ser em flagrante delicto.

Contra a violação dessas ga-
rantias eleitorais deve ser im-
ediatamente requerido ao Juiz da
Zona Eleitoral ordem de "ha-
beas-corpus" em favor do Dele-
gado, Fiscal ou de qualquer
eleitor préco ou delicto, a fim
de que possam exercer suas fun-
ções e votar livremente, o que
não é apenas um direito mas
também um dever.

NOMEAÇÃO DE FISCALIS

Os Partidos políticos devem
credenciar seus Fiscalis com a
possível antecedência e comuni-
car o nome dos mesmos ao Juiz
da Zona Eleitoral. Para facilitar

o exercício das funções dos Fis-
calis, os Delegados ou Diretores
Municipais deverão requerer ao
Juiz da Zona, que vise as res-
pectivas credenciais dos Fiscalis
ou comunque, os seus nomes
aos Presidentes das mesas. Acon-
tecendo faltar o fiscal designado,
por qualquer motivo, deverá o
Partido providenciar imediata-
mente a sua substituição median-
te a designação de outro Fiscal.

O QUE O FISCAL DEVE SABER

O Fiscal deve saber que é o
representante de seu partido.
Junto à Secção Eleitoral e que
sua missão é fiscalizar a vota-
ção para que os votos deposita-
dos na urna sejam apurados.

Para isso deverá o Fiscal com-
parecer a uma Secção antes das
7 horas da manhã, a fim de
assistir a instalação da "Mesa
receptora".

DA CONSTITUIÇÃO DA MESA

A cada Secção Eleitoral cor-
responde uma mesa receptora
de votos composta de

- 1 — Presidente
- 2 — Mesários
- 1 — 1.º Secretário
- 1 — 2.º Secretário.

Não podem ser Presidente,
Mesários ou Secretários das mes-
as:

- a) — Os cidadãos que não
forem eleitores da Zona.
- b) — Os que pertencem aos
Argãos da Justiça eleitoral.
- c) — Os candidatos e seus pa-
rentes até 2.º grau inclusive
(filhos, pais, sogros, genros.

Suplemento Eleitoral

Publicamos, no presente
suplemento, instruções elei-
torais cujo conhecimento é
indispensável para que se-
jam evitadas possíveis frau-
des nas eleições municipais
que se estão realizando em
todo o país. Purisimo mes-
mo recomendamos, especi-
almente aos comunistas, a
leitura dessas instruções, a
fim de que possam, mais
seguramente, zelar pelos
interesses da democracia
em nossa patria, na luta
pelo respeito à vontade po-
pular manifestada nas urn-
as.

...rmãos, padraos, entandos,
cunhados, etel.

d) — Os membros dos Dire-
tórios dos Partidos Políticos

e) — Os funcionários públicos
"ad nutum", isto é, que podem
ser demittidos sem inquérito
administrativo.

Verificando o Fiscal que a
mesa é composta por pessoas
proibidas de integrá-la deverá
ao serem aheritos os trabalhos
e se possível antes disso, im-
pugnar a sua validade pois será
nula a votação feita perante tal
mesa.

Anão, se o Presidente da
mesa for patente em 1.º grau
de algum candidato, ou se for
membro de Diretório de algum
partido, deverá ser impugnado
pelo Fiscal. Nesse caso se não
aceitar a impugnação será sub-
stituído pelo 1.º Mesário ou pelo
2.º se o 1.º faltar. A mesma
impugnação deverá ser feita a
qualquer mesário impedido. A
Mesa pode funcionar apenas
com o Presidente ou com qual-
quer dos mesários. Somente no
caso de faltarem o Presidente e
os Mesários é que a Secção de-
clararia de funcionar.

Nesse caso os seus eleitores
deverão votar no Secção Eleitoral
mais próxima, sendo o seu
voto tomado c separado, como
adiante se referirá.

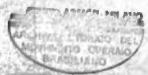
COMO FUNCIONA A SECÇÃO

A "mesa receptora" deverá
ser instalada às 7 horas da ma-
nhã do dia das eleições.

"Não comparecendo" o Presi-
dente até às 7 horas e 30 minu-
tos, o 1.º Mesário e o 2.º Mesário
Presidência e na sua falta
imediatamente, o 2.º mesário. Na
falta de qualquer Secário sub-
stituirá o Presidente substituído
no caso por qualquer eleitor
necessário devendo-se fazer constar
isto na ata.

Se o Presidente não compare-
cer até às 7,30 horas e tiver si-
do substituído por qualquer dos
mesários, não mais poderá par-
teicipar dos trabalhos eleitorais,
desde que iniciados estes.

Portanto, antes das 7 horas o
Fiscal deverá ter chegado ao lo-
cal de sua "Secção" para presen-
ciar a composição da mesma,
intervir nos trabalhos prepara-
tórios da votação, se necessário,
a fim de que a "lei seja como
virda".



PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS DO FISCAL

As chegar o Presidente ao local onde vai funcionar a seção da zona, imediatamente o "fiscal" deverá apresentar-se a ele e depois dos cumprimentos de praxe e de declarar a sua qualidade de fiscal do Partido, tornará as seguintes providências:

1.) Pessoalmente verificar se o gabinete em qual o eleitor se recolherá para depositar a cédula a sobrecarta é realmente indepassível. Se não for, se tiver algum orifício ou fresta, através dos quais possa ser visto o que se passa no interior, imediatamente o fiscal levará ao conhecimento do Presidente da mesa para que ele tome as providências necessárias.

2.) Depois examinará a urna destinada à votação. Verificará se ela oferece segurança isto é, se não possui frestas ou rachas por onde possam ser retiradas do seu interior as sobrecartas nela depositadas, ou por elas introduzidas outras, fraudulentamente. Verificará se a sua fechadura ou cadeado está intacto. E sobre isto verificará antes de iniciar a votação, se ela está realmente vazia; sem nenhuma sobrecarta no seu interior, assistindo com toda a atenção ao fechamento de sua tampa, a fim de evitar que nessa ocasião seja colocada alguma "sobrecarta". Se tudo estiver em ordem, muito bem. Se, entretanto, a urna estiver viciada por qualquer defeito que lhe quebre a segurança deve impugná-la se não for possível remover o defeito.

Se a votação da fechadura da urna não estiver intacta, o presidente, mestros e secretários da mesa, com a assistência dos fiscais e delegados de partidos presentes, procederão por cima da vedação primitiva a nova vedação com tiras de papel ou pano forte, datadas e assinadas pelo presidente e secretários. Neste caso deve o fiscal basilar para também assinar as tiras, direito que lhe assiste.

Se não estiver intacta a vedação da fenda de entrada das sobrecartas, o presidente com os demais membros da mesa, assistidos pelos fiscais e delegados de partidos presentes, verificarão se se acha vazia a urna, mencionando o incidente na ata.

Caso o fiscal não se dê por satisfeito de que foram suprimidos os vícios apontados na urna, ele requererá ao presidente seja tomado por termo o seu protesto ou reclamação, exigindo que ele conste da ata, detalhadamente, procedendo, em casos extremos como já foi referido, a atá-lo.

3.) — A seguir o fiscal verificará, cuidadosamente, sempre solicitando permissão ao presidente da mesa, se as "sobrecartas" (envelopes) nas quais se têm introduzidas as cédulas, são todas iguais, do mesmo tamanho, do mesmo feitio, da mesma cor, do mesmo papel, se são opacas, etc., e se estão vazias. Isto é, se não contém quaisquer sinais ou manchas ou dobras que as distingam das outras. Tais como: riscos, horrores, cortes, etc. As que apresentarem qualquer vício, mesmo de impres-

são, deverão ser imediatamente impugnadas pelo "fiscal", porque não satisfazem os requisitos da lei.

Enquanto assim proceder o "fiscal", o presidente, auxiliado pelos mestros e secretários, também estará tomando identidades providências. Finalmente "suprindo" as deficiências e verificando pelo presidente que tudo se acha em ordem, declarará o mesmo, em voz alta, iniciados os trabalhos e mandará lavar a ata de votação.

Portanto, os trabalhos propriamente eleitorais da seção começam às 8 horas com a lavatura da competente ata, que deverá ser assinada por todos os membros da mesa (presidente, mestros e secretários) e também pelos fiscais ou delegados de partidos presentes que a quiserem assinar.

Cumpra aqui referir que o fiscal pode votar na seção que fiscalizar, ainda que não seja seu eleitor, contanto que pertença à zona de seção.

O bem fiscal fará questão de assinar a ata de abertura, a qual mencionará:

a) os membros da mesa que compareceram;

b) as substituições ou nomeações que se fizeram até esse momento;

c) o estado dos selos da fenda da urna;

d) os nomes dos fiscais, se houver, e delegados de partidos presentes ao ato;

e) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação;

f) qualquer impugnação ou reclamação feita pelos fiscais de partidos e a menção de terem ou não sido atendidas.

"Inutilizando, a seguir, o presidente, o selo da fenda da urna, dará início à votação começando pelos membros da mesa, fiscais e delegados de partidos que houverem assinado a ata de abertura, as autoridades que estiverem servindo perante a mesa, embora pertencentes a outras seções da mesma Zona, o que se anotará na respectiva ata".

Se no curso da votação houver qualquer interrupção, deverá o fiscal anotar para exigir que conste da ata de encerramento.

DO ATO DE VOTAR

A "seção eleitoral" poderá ser instalada na dependência de qualquer prédio, por exemplo, quarto ou sala previamente adaptado, a qual deverá ser dividida por um gradil ou qualquer outro dispositivo, sendo que uma parte da sala seja destinada ao recinto da mesa junta à qual deverá estar o "cabinete indepassível", que poderá consistir num cômodo da casa, contanto que se comunique diretamente com o recinto da mesa e seja realmente indepassível, e a outra parte será destinada aos eleitores.

Vejam-se agora como se processa a votação.

1) O eleitor, ao entrar na sala onde funcionará a mesa receptora receberá uma senha numerada, rubricada pelo presidente.

2) Admitido a penetrar no recinto da mesa, segundo a ordem numérica das senhas, apresentará ao presidente seu título, o qual poderá ser examinado pelos

fiscais ou delegados de partido.

3) Achando-se o título em ordem, e não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, o presidente da mesa o convidará a lançar sua folha de votação a sua assinatura usual, entregando-lhe a uma sobrecarta aberta, vazia e rubricada no ato (modelo n.º 3), e fa-lo-á passar ao gabinete indepassível, cuja porta ou cortina será encerrada em seguida.

4) No gabinete indepassível, o eleitor colocará a cédula ou cédulas de sufrágio na sobrecarta recebida do presidente da mesa, e ainda no mesmo gabinete, onde não poderá demorar-se mais de um minuto, fechará a mesma sobrecarta.

5) Ao sair do gabinete exibirá o eleitor a sobrecarta ao presidente e aos fiscais ou delegados de partidos, e por estes verificada, sem tocá-la, ser a mesma que foi entregue, depositá-la-á, de sua própria mão, na urna.

6) Se, porém, não for a mesma, será o eleitor convidado a voltar ao gabinete indepassível e trazer o seu voto na sobrecarta que recebeu, deixando de ser admitido a votar se o não fizer, mencionando-se na ata o incidente e consignando-o o presidente na coluna de observações das folhas de votação.

7) Introduzida a sobrecarta na urna, o presidente da mesa, por sua rubrica nas folhas de votação, depois do nome do votante, lançando no título desta a data e a rubrica.

Todas essas operações o fiscal deve observar com atenção, sendo recomendável, sobretudo, a seguinte:

a) que examine se o título do eleitor pertence à circunscrição e à zona de que faz parte a seção. Não pertencendo, deve impugnar o seu voto porque o eleitor não pode votar em seção diferente da em que foi alistado e o inscrito, salvo mediante ressalva, previamente concedida pelo Juiz competente. Na capital do Estado não serão concedidas ressalvas.

b) Se o fiscal tiver dúvida que o eleitor que pretende votar é, realmente, o dono do título que apresenta, deverá requerer ao presidente da mesa que o interrogue ou o identifique. Se a dúvida, não obstante, persistir, o fiscal poderá impugnar o seu voto, declarando o motivo. Neste caso o presidente da mesa tomará as seguintes providências:

a) Encerrará, em sobrecarta maior que a entregue ao eleitor o seguinte: "Impugnado por (nome do fiscal que impugnar)".

b) Fará tomar a seguir em folha apropriada a assinatura do eleitor e do impugnante rubricando-a, depois de consignar o número do título do eleitor.

c) Retirá o título (do eleitor impugnado) encerrando-o também na sobrecarta maior de que trata a letra seguinte.

d) Ao voltar o eleitor do gabinete com a cédula encerrada na sobrecarta comum de votação, o presidente colocará esta, sem dobrar, na sobrecarta maior, juntamente com o título

e a folha mencionada na letra anterior.

e) Entregará ao eleitor a sobrecarta grande para que a feche e introduza na urna.

f) Anotará, por fim, a impugnação na coluna de observações das folhas de votação.

Proceder-se-á da mesma forma sobre o nome do eleitor que tiver sido omitido ou figurar erradamente na lista.

Cumpra, aqui, acentuar que ainda que impugnado o seu voto, não pode ser recusado ao eleitor o direito de votar. Portanto, deve ele assinar a folha de votação, receber a sobrecarta opaca, e ir à cabine indepassível. Apenas, ao invés de depositar a sobrecarta comum dentro da urna, será a mesma encerrada em sobrecarta maior, conforme foi dito acima, e só por essa forma lhe será permitido depositar o seu voto na urna.

VIGILÂNCIA

A vigilância deve ser a constante e permanente preocupação do bom fiscal. Um descuido seu poderá acarretar a anulação da votação de uma seção e, em consequência, a derrota do seu partido. Por isso, deve o fiscal prestar toda atenção aos seguintes atos do eleitor.

a) Quando o eleitor assinar nas folhas de votação, para ver se a sua assinatura coincide ou se assemelha à que consta do seu título. As pessoas pouco letradas não costumam ter assinaturas firmes. Isto é, devem levar em conta pelo "fiscal", que somente impugnará os casos da gritante semelhança e se persistir a dúvida sobre a sua identidade;

b) Quando o eleitor voltar da cabine indepassível verificará se a sobrecarta que traz na mão é a mesma que recebeu do presidente. Isto é fácil, porque as sobrecartas são oficiais e contém a assinatura ou rubrica do presidente da mesa. Caso a sobrecarta não seja a mesma, impugná-la-á, chamando a atenção do presidente para a irregularidade, o qual convidará o eleitor a voltar, novamente, à cabine para depositar o seu voto na sobrecarta que recebeu, o qual, se não o fizer, não será admitido a votar.

c) Quando o eleitor for introduzir a sobrecarta na urna, verificará se nela deposita mais de uma sobrecarta, caso em que, antes que leve a cabo a sua pretensão, intervirá energicamente, chamando a atenção do presidente.

Constitui uma fraude eleitoral comum no passado "presidentes" da mesa, incorpuações, fornecerem a eleitores de seus partidos mais de uma sobrecarta rubricada, a fim de, ao votarem, depositarem duas ou mais delas na urna. Resultado: toda a votação de seção era anulada porque "se o número de sobrecartas for superior ao do votantes, será nula a votação".

E' preciso muito cuidado com esses hábitos "empalmeiros" de sobrecartas que agem, sobretudo, quando a fadiga principia a dominar os membros da

Nesta mesa poderá ser conhecido se tem ou não a conversão e o registro do título entre o eleitor e o presidente da mesa e o eleitor.

O FISCAL — Sr. presidente, tenho dúvidas de que o eleitor presente seja o verdadeiro dono do título, pois a sua assinatura, posta na folha de votação, é completamente diferente da que consta do título com que pretende votar. Por isso, solicito que V. S. o interrogue e o identifique.

O PRESIDENTE (dirigindo-se ao eleitor) — O senhor ouviu o que disse o fiscal do partido tal...

O ELEITOR — Ouvi, sim senhor. Não me procede a sua dúvida. Está aqui a minha carteira de identidade que prova que eu sou fulano...

Diante de tal prova, poderá o fiscal dar-se por satisfeito. Mas pode ocorrer que o eleitor não possua documento de identidade e que, a despeito do interrogatório a que o submeto o Presidente, a dúvida persista. Neste caso o fiscal dirá ao presidente da mesa:

O FISCAL — Sr. Presidente, impugno o voto do eleitor por não ser ele o dono do título que apresenta.

Isto acontecendo o Presidente procederá como já ficou dito atrás, devendo fazer constar da ata a impugnação-protesto, sob pena de cometer crime punido com a pena de 6 meses a 1 ano.

Esses fatos são meramente ilustrativos e servem apenas para orientar o fiscal como proceder.

É claro que a função do fiscal consiste em fiscalizar a votação junto à urna para que não se verifiquem, durante a mesma, irregularidades ou fraudes que possam viciar ou anular o seu resultado.

Não devem, porém, os fiscais criar casos por pequenos detalhes sem importância que não afetem o principal que é que o eleitor vote sem constrangimento e que o seu voto seja apurado.

Ocorrendo uma irregularidade ou fraude, desde que sanada em tempo, o caso está encerrado. Os fiscais existem para impedir que sejam praticadas fraudes, e a fim de evitar a anulação da votação e não para concorrer para a anulação da votação, que tem sempre prejuízo para o Partido. Portanto, agir sempre, mas no interesse do Partido e da lei.

Finalizando estas instruções recomendamos que cada fiscal procure ler e possuir, no dia das eleições, as leis eleitorais e as instruções do Tribunal Eleitoral.

— (Modelo 1) —

Ilmo. Sr. Dr. Delegado do Distrito.

E de tal... nome, nacionalidade, profissão, residência do requerente, tendo sido autuado em flagrante sob a acusação de incurso nas penas do art. ... do Código Penal, respectivamente vem requerer ao digno V. S. de, na forma da lei, arbitrar a respectiva fiança e

das outras partes de votarem por meio de ameaças ou qualquer outra forma de pressão. Tais práticas constituirão crime punido pela lei eleitoral.

Portanto, tendo conhecimento de fatos dessa natureza de-vo o fiscal comunicá-lo ao presidente da sua mesa e, se este não quiser ou não puder tomar providências, levar ao conhecimento do Juiz Eleitoral da Zona em cujo território ocorram esses fatos criminosos.

A lei proíbe e pune com 6 meses a 2 anos de prisão quem oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer obtenção; ou assim como quem oferecer cédulas de partidos receptores de votos ou em suas proximidades, dentro de um raio de 100 metros.

Igualmente, tendo conhecimento de ocorrências dessa natureza, deve o fiscal comunicar o fato ao presidente da mesa para responsabilidade dos culpados.

Em suma: as funções dos fiscais deverão começar no dia em que forem designados pelo Partido. A partir desta data, principiarão a investigar a quem pertence a casa ou edifício em que foi instalada a seção para o fim inicialmente referido, comunicando ao Partido o resultado da investigação.

Antes do dia da eleição, se possível, visitarão o local em que funcionará a seção para ver se satisfaz os requisitos da lei, atrás referidos.

No dia das eleições chegará à seção antes das 7 horas, de modo de averiguar se há alguma anormalidade nas suas imediações.

Acompanhará todos os trabalhos eleitorais, desde os preparativos da votação, vistoria, na cabine, na urna, no material, etc., assinando a ata de abertura dos trabalhos, até o encerramento da votação, assinando a ata de encerramento. Não esquecer de exigir a ata de abertura e de encerramento da votação, a qual não poderá ser dada antes das 17,45 horas.

Depois acompanhará o transporte da urna, vigiando-a com a vista até a sua entrega à Junta, onde um plantão de fiscais dos partidos vigiará as urnas até recolhidas.

Para facilitar o controle da votação recomendamos que cada fiscal disponha do exemplar do Diário da Justiça em que tiver sido publicada a lista dos eleitores em cada seção e se possível também da zona a que a mesma pertença. A proporiação que forem votando os eleitores o fiscal deve assinalar os seus nomes. Ao final da votação terá um controle exato do número dos votantes.

Naturalmente, o fiscal não deve saber como deve agir para impugnar o voto de um eleitor, digamos, por dúbida de sua identidade, isto é, por ter dúvidas que seja votante e dono do título com que se apresenta.

ameaças e anuência por assinar cédulas nas folhas de votação e nas atas de abertura e encerramento, ou a declaração de não existirem;

e) Assinará a ata com os demais membros da mesa, secretários, fiscais e delegados de partidos que o quiserem; e se algum destes apresentar se recusar, far-se-á disso menção subscrita pelo escrevente da ata e com a rubrica do presidente.

Concluídos, assim, os trabalhos eleitorais, o presidente da mesa entregará ao Presidente da Junta Eleitoral, ou à agência do correio mais próxima, ou a outra vizinha que ofereça melhores condições de rapidez e segurança, seu recibo em triplicata, com indicação da hora, a urna e todos os documentos do ato eleitoral, encerrados estes em sobrecartas rubricadas por ele, e pelos fiscais e delegados que o quiserem.

Por ofício do Juiz Eleitoral da zona, remetida a mais das vias da folha de votação e comunicará a realização da eleição, o número dos eleitores que votaram e a remessa da urna e dos documentos à Junta Eleitoral.

E de todo remaneável, sempre que se torne possível, que os fiscais acompanhem as urnas, cuja votação fiscalizaram, desde a sede da seção até à Junta Eleitoral onde serão apuradas. Esse direito deve ser exercido pelos fiscais, que podem exigir do correio que transporte as urnas em lugar onde possam ser acompanhadas, como lhes faculta a lei.

Essa vigilância pode e deve ser, igualmente, exercida na sede das Juntas Eleitorais onde as urnas deverão ficar "permanentemente" à vista dos interessados. Os diversos fiscais dos Partidos organizarão plantões de dia e de noite nos quais se reverterão mediante acordo entre si.

É evidente que estas instruções são extremamente cautelosas. Mas são, em grande parte, inspiradas na experiência do passado. Não podemos, infelizmente, confiar demasiadamente no aprimoramento da educação política democrática dos cabos eleitorais e corolários reacionários e dos políticos que não se conformam em perder a eleição. Diz um velho adágio que o uso do canchicho faz a boca torta. Habitados na escola da fraude, muitos políticos ainda procurarão repetir suas fanfarras do passado. Para impedí-los devemos estar vigilantes o quanto esteja ao nosso alcance.

Os fiscais não deverão limitar sua fiscalização apenas ao que se passa no recinto da mesa receptora, que é sua principal preocupação. Como já foi dito, deverão ser, permanentemente, informados de qualquer irregularidade que se passe nas imediações e circunvizinhanças do local onde funciona a seção eleitoral.

Por exemplo: é comum subtrair do interior os canteiros de partidos antidemocráticos guardarem as estradas ou caminhos de acesso ao local de votação, impedindo os eleitores

massa e ao fiscal.

ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Finalmente, às 17 horas e 45 minutos o presidente da mesa fará entrega das senhas aos eleitores que ainda não as tiverem recebido, convidando-os, em seguida, em voz alta, e aos demais eleitores presentes que já tenham recebido senhas, a entregar à mesa seus títulos eleitorais e somente esses eleitores serão admitidos a votar.

A votação prosseguirá na ordem numérica das senhas, sendo o título devolvido ao eleitor logo depois de votar.

Deve o fiscal exigir que o presidente da mesa faça o convito aos eleitores realmente em voz alta, como manda a lei, a fim de evitar que alguns deles, mais afastados, não ouçam a chamada.

Terminando a votação o presidente da mesa, depois de declará-la encerrada, tomará as seguintes providências:

a) Colocará sobre a fenda de introdução das sobrecartas, cobrindo inteiramente, uma tira do papel ou pano fortes, no sentido longitudinal, outra transversalmente, ambas com as dimensões suficientes para que, pelo menos, cinco centímetros de cada ponta, sejam cobertos nas bases laterais da urna, devendo essas outras serem colocadas em toda a superfície. Essas tiras serão rubricadas pelo presidente da mesa e, facultativamente, pelos fiscais e delegados de partidos assinados tes.

b) Providência semelhante deverá ser tomada em relação a qualquer parte da urna que possa abrir-se por chave ou qualquer engenho mecânico; e o Tribunal Regional poderá, conforme o sistema de urna adotado, prescrever outro vedação à fenda do fechadura.

c) Depois de riscar nas folhas de votação os nomes dos eleitores que não tiverem votado, o presidente encerrará com a sua assinatura ou nome de eleitor, facultando aos fiscais e delegados ed partidos assiná-los também.

d) Em seguida, mandará levar ao pé da última folha de votação dos eleitores da seção, nas duas vias, por um dos secretários, a ata da eleição, a qual deverá conter:

1—o número por extenso dos eleitores da seção que compareceram e votaram e o número dos que deixaram de comparecer;

2—o número, por extenso, dos eleitores de outras seções que votaram;

3—o motivo de não haver votado alguns dos eleitores que compareceram;

4—os nomes dos fiscais e delegados de partidos que não constarem da ata de abertura, e os dos que se retiraram durante a votação;

5—os protestos e as impugnações apresentadas pelos fiscais ou delegados de partidos;

6—a razão de interrupção da votação porventura havida e o tempo da mesma interrupção;

7—a resolução das rasuras;

Referir que o suplicante a presta para defender-se em liberdade.

O suplicante encarece a urgência de lhe ser assegurado este direito a fim de, como eleitor, poder votar na eleição de, etc. Pede deferimento.

Data.

Assinatura.

Este requerimento deve ser dirigido pelo acusado ou qualquer pessoa, à autoridade que executou a prisão.

(Modelo 2)

Ilmo. Sr. Dr. Juiz da (n.º)

Zona Eleitoral.

O Partido (nome do Partido), por seu representante legal

nesta cidade, vem respeitosa-mente expor e requerer a V. Excia. o seguinte:

1 — No dia (tal autoridade), sem qualquer motivo justificado, prendeu e conserva preso o eleitor, nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência, conservando-o preso em (referir o lugar).

2 — Este ato arbitrário dessa autoridade constitui crime punido com a pena de detenção de 1 a 6 meses de vez que importa em violação da paratita legal que aos eleitores assegura a Lei Eleitoral.

3 — São testemunhas do fato aqui narrado (fulano e beltrano), residentes, respectivamente, à rua.....

4 — Em face do exposto requer o suplicante se digne V. Excia. determinar as necessárias providências no sentido de ser aberto o competente inquérito para apurar a responsabilidade criminal de quem de direito.

Pede deferimento.

Data.

Assinatura.

(Modelo 3).

Ilmo. Sr. Dr. Juiz da (Osmar de ou Vara Criminal).

V. de tal... nome, nacionalidade, estado civil, profissão, residência, vem requerer uma ordem de chabeas-corpus em favor de, nome, nacionalidade, estado civil, residência, etc., a fim de que cesse a coação il-

gal de que é vítima por parte de (indicar a autoridade coatora) pelos seguintes fundamentos e razões que passa a expor:

1 — Sem qualquer motivo justificado (nome da autoridade) prendeu o paciente no dia conservando-o preso, sem culpa formada ou em virtude de flagrante delito, recusando-se a soltá-lo.

2 — Entretanto o paciente é eleitor inscrito nesta zona e, por conseguinte, não pode ser preso, salvo nos casos previstos na Lei Eleitoral.

3 — Em face do exposto requer o suplicante se digne V. Excia. dada a urgência da medida pleiteada, determinar que a autoridade coatora preste incontinenti as informações ne-

cessárias. Se isto parecer impracticável a V. Excia., sob pena da presente ordem de chabeas-corpus ser julgada independente das mesmas, decretando V. Excia. a liberdade do paciente, como é de Justiça e de Direito.

Pede deferimento.

Data.

Assinatura.

Cr. 106.

Temos a convicção de que se essas instruções forem seguidas e observadas, das urnas sairá a resposta, ativa do povo às manobras intervencionistas do Ditador.

As urnas, pois, para a Vitória da Democracia e derrota dos seus inimigos, que são os inimigos do povo e do Brasil.

Não é de braços cruzados que se defende a Democracia e a Constituição. O povo não quer a volta dos negros dias do fascismo e do Estado Novo, da censura e do DIP e dos cárceres cheios, das torturas e assassinatos policiais. O povo quer liberdade para lutar pelos seus interesses, contra a miséria e a fome de seus filhos. O povo exige liberdade para lutar contra os exploradores estrangeiros e seus lacaios nacionais, contra a venda do país aos monopólios imperialistas, pela independência e soberania da Pátria.

(Luiz Carlos PRESTES)

Direito De Reunião

Art. 141, § 11, da Constituição de 1946:

TODOS PODEM REUNIR-SE, SEM ARMAS, NAO INTERVINDO A POLICIA SENAO PARA ASSEGURAR A ORDEM PUBLICA. COM ESSE INTUITO, PODERA A POLICIA DESIGNAR O LOCAL PARA A REUNIAO, CONTANTO QUE, ASSIM PROCEDENDO, NAO A FRUSTRE OU IMPOSSIBILITE.



CONTRA DUTRA-CARESTIA DEFENDAMOS OS MANDATOS!

Os jornais da imprensa popular estão começando a compreender a necessidade de dar cada vez maior atenção ao problema da cassação dos mandatos dos representantes do povo. Entretanto, em alguns órgãos sobre a cassação dos mandatos — o maior atentado contra a Constituição e a democracia, desde o fechamento do Partido Comunista — ainda não ocupa, como deve, o centro de todos os problemas.

E' isto o que precisamos fazer, sem perda de tempo. A «Tribuna Popular» e o «Hoje» oferecem nesse sentido notáveis exemplos.

A «Tribuna» tem desmasca-

Indicador Profissional

ADVOGADOS

Sinval Palmeira

ADVOGADO

Av. Rio Branco 108 — 15.º and.
Sala 1515 — Tel. 42-3155

Letelba Rodrigues de Brito

ADVOGADO

Ordem dos Advogados Brasileiros — Inscrição n.º 1.302
Praça do Ouvidor 32 — 2.º andar — Tel. 22-4255

MÉDICOS

Dr. Augusto Rosadas

Vias urinárias, Anus e Reto.
Diariamente, das 9 às 11 e das 18 às 19 horas
Rua da Assembleia 98 — 1.º and. — Sala 49 — Tel. 22-4382

Dr. Sydney Resende

EXAME DE SANGUE

Rua São José 118 — 1.º andar
Fone 42-3886

Francisco de Sá Pires

Exerce a clínica pediátrica, doenças nervosas e mentais.
Edifício Porto Alegre — Sala 815 — Tel. 22-3131

Cada um dos representantes do povo tem o dever de lutar para a defesa da Constituição e da democracia, defendendo e levando as massas a defenderem os mandatos de seus representantes.

rado o projeto de cassação como uma nova arma de que se utiliza o grupinho fascista do sr. Dutra para satisfazer os interesses do imperialismo norte-americano. Tem desmascarado violentamente os cassadores de mandatos, mostrando que todos eles são invariavelmente latifundiários ou serviços dos grandes proprietários de terra e do imperialismo. Tem desvendado o passado desses senhores que hoje servem ao grupo fascista como ontem serviram ao Estado Novo ou quando dele divergiram foi apenas por não estarem comendo na mesma gamela, conseguindo algumas vezes passar por democratas e anti-fascistas, quando eram apenas oportunistas vulgares, prontos a trair o povo no primeiro momento.

LEVANTANDO A RESISTÊNCIA

O «Hoje», de São Paulo, segue orientação igualmente patriótica e democrática, conclamando as massas a resistirem a todas as tentativas de violências dos senhores do grupo fascista. Não há dúvida que o grande diário paulista já conseguiu, em grande parte, levar as massas a palavra de ordem de RESISTÊNCIA, de que os operários e homens e mulheres do povo, todos os explorados, começam a fazer a bandeira com que derrotarão as tentativas fascistas em nossa Pátria.

Exemplos magníficos dessa compreensão já deram os operários e o povo da capital paulista realizando comícios como o da Realza, na semana passada, enfrentando as provocações e esmagando as violências policiais do descomprezível interventor Adhemar de Barros.

Domingo último, 23, o «Hoje» publicou em toda a sua primeira página uma grande edição de massas reunida em comício, tendo ao centro a foto-

grafia de Prestes e gravada em toda a extensão a palavra: RESISTÊNCIA! E mais os seguintes dizeres: Unidos e organizados venceremos. Nas mãos do povo está a defesa dos mandatos. Organizemo-nos! Promovamos passeatas! Envie-mos memoriais e telegramas aos deputados! Redobremos nossos esforços na defesa da Constituição!

O QUE DEVEMOS FAZER

E' da maior importância que, neste momento, quando paira uma tão grande ameaça sobre o futuro da democracia em nosso país e sobre a própria existência do nosso povo, levada à mais negra miséria pela incapacidade do governo de carestia e fome do sr. Dutra e seus apunhaçados, é imprescindível que levemos às massas a resistir, através de protestos cada vez mais altos e vigorosos, como ensina Prestes.

Resistir é fazer valer, na prática pública, nas reuniões em recinto fechado, em todos os locais, os direitos assegurados pela Constituição.

E não ceder às ameaças e imposições do grupo fascista e seus asselados.

E' lutar contra a carestia, contra a fome, por melhores salários, mas ligando cada uma dessas reivindicações do povo à luta, contra a cassação dos mandatos, mostrando que são os deputados e o senador comunista, são os vereadores do povo os principais lutadores por uma vida mais digna para todos os necessitados.

Resistir é mostrar o descalabro a que tem sido arrastado o nosso país em menos de dois anos do governo Dutra, precipitando por estar apoiado em forças as mais reacionárias e ignorantes do povo.

A imprensa popular cabe neste momento uma imensa

responsabilidade na defesa da Constituição e da democracia, defendendo e levando as massas a defenderem os mandatos de seus representantes.

Que cada setor profissional, os antigos comitês pró-candidatura, cujos candidatos estão hoje eleitos, se reorganizem e defendam o mandato de seu eleito, pois assim estaremos defendendo todos os mandatos ameaçados pelo bando fascista de Dutra.

Trabalhador:

A CLASSE OPERÁRIA é o seu jornal. Faça através dela as suas reivindicações e de seus companheiros. Ela lhe ajudará a lutar pela vitória dessas reivindicações. Escreva hoje mesmo para a nossa redação sobre as suas condições de vida, seu salário, as necessidades de sua família. O nosso endereço é: Avenida Rio Branco, 257 — Sala 1711 — Rio.

Unamo-nos todos, companheiros! Que em reuniões, comícios e passeatas, por todas as formas, enfim, levemos o nosso protesto contra a indignidade que se prepara, certos de que lutando pela integridade da representação popular, estamos defendendo a Nação inteira contra a volta da reação e do fascismo, da miséria e da opressão, estamos lutando contra a entrega do Brasil ao explorador estrangeiro, pela independência e soberania da Pátria. — LUIZ CARLOS PRESTES.

MAIS DE 20 ANOS DE LUTA A SERVIÇO DOS TRABALHADORES E DO POVO

A CLASSE OPERÁRIA publica artigos de dirigentes comunistas de todo o mundo

LEIA, ASSINE E DIVULGUE

Seja um novo assinante da CLASSE OPERÁRIA preenchendo o coupon abaixo e enviando para o nosso endereço, acompanhado de

Sr. Diretor da CLASSE OPERÁRIA — Avenida Rio Branco, 257, 17.º andar, sala 1711 — Rio

Peço-lhe enviar-me uma assinatura da CLASSE OPERÁRIA ANUAL (CR\$ 30,00) SEMI-ANUAL (CR\$ 15,00)

NOME.....
RUA.....
CIDADE.....
ESTADO.....

Resfriado?

Hervásio do HERIVANARIO MINEIRO

Use: ONZE, um tiro na gripe.
R. Jorge Rudge, 112 — Tel. 48-1117
(Esta rua principia na Av. 28 de Setembro, 48 metros do Monumento)

Os vetos do Prefeito do Distrito Federal aos projetos aprovados pela Câmara de Vereadores, sem obedecer a um critério honesto e sensato, estão apenas contribuindo para incompatibilizar cada vez mais o sr. Mendes de Moraes com a população da Capital da República. Esses vetos deixam bem claro que o prefeito obedece apenas à vontade do grupo fascista do Catete, sem a menor consideração pelas necessidades da população carioca.

Estão neste caso os dois últimos vetos do prefeito, negando abono de Natal ao fun-

Prefeito Do Grupo Fascista

O sr. Mendes de Moraes veta o Abono de Natal e a concessão de terras aos ex-combatentes

cionalismo do Distrito e pedindo os tratos de terras aos ex-combatentes da FEB.

A situação de quase miséria em que vive hoje o nosso povo está a exigir medidas urgentes que venham aliviar, de qualquer forma, a penúria de muitos lares. Era isso o que via, em parte, o projeto

aprovado pela Câmara mandando conceder um modesto abono de Natal, correspondente a um mês de vencimentos, desde que estes não ultrapassassem de dois mil cruzeiros.

No entanto, o sr. Mendes de Moraes veta o projeto, sob pretexto de que acarretaria despesas para os cofres pu-

blicos. Não se lembra porém que apenas para adaptação do Palácio Guanabara foi o próprio prefeito quem pediu à Câmara uma verba de 800 mil cruzeiros, que foi concedida.

O outro projeto vetado pelo delegado do Catete no executivo do Distrito Federal é o que determina a concessão de pequenos lotes de terra aos ex-pracinhas que lutaram de armas na mão contra o fascismo na Europa. Já recentemente o sr. Mendes de Moraes recusava aos mesmos antigos pracinhas outro benefício que lhes concedera a Câmara: isenção de imposto de transmissão de propriedade, revelando assim indisfarçável hostilidade aos nossos patriotas que lutaram bravamente para que fosse eliminado o nazismo na Europa e no mundo.

O prefeito não escolhido pelo povo carioca serve, assim, aos interesses do grupo fascista do sr. Dutra, o antigo aliado dos nazistas. O sr. Mendes de Moraes se mostra coerente com os piores inimigos do nosso povo, os mesmos senhores que têm negado sistematicamente todos os direitos mais legítimos dos heróis da FEB e da FAB a promoções, e que fizeram jus pela bravura com que se conduziram frente aos bandidos alemães, como é o caso de muitos oficiais superiores, hoje praticamente afastados das fileiras do Exército.

O veto do sr. Mendes de Moraes ao projeto de concessão de lotes de terra aos ex-combatentes veio, no entanto, desmascarar a demagogia do sr. Dutra quando, há cerca de um ano, reconhecia em mensagem ao Congresso a necessidade da reforma agrária. A população do Distrito Federal seria grandemente beneficiada com o aumento inevitável do cultivo de terras próximas ao Rio, caso fosse aprovado o projeto da Câmara Municipal: mas essa possibilidade é agora destruída pela fobia do sr. Mendes de Moraes aos ex-combatentes.

Estes fatos vêm provar mais uma vez quanta razão tinham os comunistas ao lutar em intransigentemente pela autonomia municipal, e em particular do Distrito Federal, miseravelmente traída pelos reacionários do PSD e da UDN, aliados ao grupo fascista do Catete.

Car e Um Democrata Cristão O ANTI-COMUNISMO NÃO É CRISTÃO

ADA ALESSANDRINI — expoente da ala esquerdista da democracia cristã na Itália, depois da exclusão dos comunistas e socialistas do governo italiano, afastou-se do partido Democrata Cristão de sr. De Gasperi, endereçando-lhe uma carta honesta e corajosa, da qual publicamos aqui um trecho que constitui um documento de grande interesse político.

«Encontramo-nos hoje numa estranha posição: seguidos por uma massa eleitoral que não é nossa, mas que geralmente influi, sem o deus da outra maneira, ao menos pelo seu peso físico, nas nossas decisões, vemos-nos, ao mesmo tempo, abandonados e até mesmo mistalizados pelos católicos sinceramente democratas, os quais deveriam ser não só nossos eleitores como também os mais ativos colaboradores e inspiradores do Partido Democrata Cristão. Em síntese, creio mesmo que, malgrado a nossa boa vontade e os nossos sacrifícios, a nossa função como tendência sinceramente democrática está finda dentro da democracia cristã. Não devo mais, em consciência, continuar dentro do Partido, uma luta que poderia ser útil ou se tornar perigosa.

«Não posso colaborar numa

luta nem empreender uma polémica quando não tenho a certeza de que elas têm uma significação política e um objetivo moral. Em palavras mais claras: não posso seguir-vos na luta contra as esquerdas e na tentativa de despedaçar a coalizão popular, que acredito ser democrática. Por mais que isso possa parecer absurdo a muitos de vós, sinto que a solidão das forças democráticas anti-fascistas, a cuja vanguarda se encontra o comunismo, é hoje na Itália garantia para a conservação da nossa liberdade e da nossa independência nacional. E também o único meio de opor-se ao perigo da guerra.

Não sou comunista e nem mesmo cega e incondicionalmente filo-comunista, ninguém o sabe melhor do que vós. Mas sou muito menos anti-comunista. Não quisestes levar a batalha para esse terreno, e com razão. Mas a realidade é mais forte do que as nossas boas intenções. É a realidade, zero, na sua concreta objetividade, é a seguinte: há na atual disposição da opinião pública, não somente italiana, preparada com arte pelas forças intervencionistas, uma atitude coletiva que, no meu modo de pensar, é injusta. Acredita-se poder resolver e remediar tudo, hoje,

atirando-se os comunistas na oposição, ou melhor ainda, jogando-os na ilegalidade. A tentativa dos comunistas, sincera, na minha opinião, de participar da vida normal pública e privada, o seu instintivo desejo de participar da evolução pacífica das liberdades democráticas, é hoje implacavelmente frustrado pelas forças concentradas de várias origens. Muitas vezes tive de constatar, na prática, que não se tinha somente desconfiança para com a sinceridade democrática dos comunistas, mas que se procurava por todos os meios fazer crer que eles não agiam de boa fé; que estavam fazendo um duplo jogo. Isto repugna ao meu inflexível impulso de justiça e de caridade cristã.

Os comunistas combateram conosco na mesma batalha pela conquista da liberdade, sofreram e amarguraram conosco momentos dolorosíssimos. Temos em comum com eles milhares de mortos e de heróis sacrificados. Estes são fatos que não podem ser esquecidos, assim como não pode ser esquecido por quem tenha conhecimento de perto aquele seu sincero desejo de retornar a uma vida legal e não mais insurreccional. Hoje, se quer voltar a cárgos na conspiração e na subversão, exasperando-os de novo com a intolerância e a perseguição. Isto é injusto, além de ser perigoso.

No momento em que os fascistas já sorriem de satisfação e creem entrever o seu novo triunfo, acompanhado de sangrentas e opressoras represálias, tenho o dever de dizer aos meus amigos democratas católicos, no momento em que estes me afastam, que atenteem no seguinte fato histórico: o anti-comunismo sistemático foi sempre e em toda parte a antecâmara do fascismo. E o fascismo, todos o sabemos, é o maior dos perigos na Itália.

(Ass.) Ada Alessandrini.

Novos Assinantes De "A Classe"

Do dia 16 de outubro ao dia 20 de novembro obtivemos mais 71 assinaturas, assim distribuídas:

1.º) Paraná 26, sendo: Cambé 15; Jataizinho 10 e S. José dos Pinhais 1. 2.º) São Paulo 12, sendo: capital 9; Araraquara 1; Jaboticabal 1 e Presidente Prudente 1. 3.º) Minas 11, sendo: Patos de Minas 3; Campanha 3; Uberlândia 2; Santo Antonio 1; Cambui 1 e Floresta 1. 4.º) Rio de Janeiro 8, sendo: Campos 5; Bom Jesus 2 e Barra do Pirai 1. 5.º) Bahia 7, sendo: Paramirim 6 e Uruçuca 1. 6.º) Distrito Federal 3, sendo: Engenho Novo 1; Madureira 1 e Ipanema 1. 7.º) R. G. do Sul 3, sendo: Pelotas 1; Porto Alegre 1 e Cruz Alta 1. 8.º) Ceará 1, na cidade de Cratús.

Um amigo de «A Classe Operária», no Paraná, está cumprindo a sua promessa de dar à «Classe» 100 novos assinantes, até o fim deste ano e se mantém à frente na tarefa de conseguir assinantes para o nosso jornal.

Leon Blum, Aliado do Imperialismo

RESPONSÁVEL PRINCIPAL PELA PREPARAÇÃO DA DERROTA QUE AMARGOU A FRANÇA — EMBORA JUDEU E SOCIALISTA, FOI POUPADO POR HITLER — ASSISTIU DE BRAÇOS CRUZADOS A TODOS OS AVANÇOS DO NAZISMO NO MUNDO



LEON BLUM

Leon Blum, o chefe do Partido Socialista da França, é hoje um velho de 75 anos de idade. Afastado embora da direção do governo, não há dúvida que Ramadier apenas segue suas diretrizes na orientação da política francesa, tanto interna como externa. É a política dos grupos mais reacionários da burguesia francesa, precisamente os grupos monopolistas que foram entre aliados dos trustes e cartéis alemães e hoje estão estreitamente unidos aos trustes e cartéis norte-americanos.

As experiências da guerra passada não ensinaram qualquer coisa de útil a Leon Blum. Ele continua o mesmo covarde dos momentos decisivos, preferindo ficar com os inimigos dos trabalhadores do que com os trabalhadores, em cujo nome tem falado há mais de 30 anos.

Blum era governante, com o apoio em massa da Frente Popular, quando caiu Addis Abeba, capital da Abissínia, nas mãos dos fascistas de Mussolini. Ao invés de agir, Blum falou no Clube Americano de Paris e numa assembléa do Partido Socialista. Seu retrato pedileto era — paciência. Pediu às 200 famílias que tivessem paciência; pediu aos votantes da Frente Popular que tivessem paciência, ignorando completamente a guerra da Abissínia, cuja sorte aliás fora decidida pelo repelente Laval.

Quando era preciso agir com energia e decisão frente ao avanço do fascismo, Blum fazia solenes declarações de amor à paz, afirmando que sabotava a guerra, justamente o que Hitler e Mussolini queriam, pois eles se preparavam para avançar mais e mais.

Blum era governante quando teve início a guerra na Espanha. Entretanto, o líder socialista não agiu de maneira diferente da do infame Pierre La-

val em relação à Abissínia, no ano anterior. Laval vendeu a Abissínia ao fascismo; Blum vendeu a Espanha não só a Mussolini mas também a Hitler. Com a vitória de Franco, tomada possível unicamente devido à «Não intervenção» de Blum e Chamberlain, estava flanqueada a França, praticamente cercada para o caso de uma guerra.

Blum era governante quando os nazistas invadiram e ocuparam a Cidade Livre de Dantzig, cuja posse abria as portas da Polónia ao imperialismo alemão. Entretanto, nem sequer um protesto foi feito pelo governo francês contra o expansionismo nazista.

Blum era governante quando foi assinado por Mussolini e Hitler o famoso «Pacto Anti-Komintern», que significava uma declaração de guerra à URSS. O chefe do governo francês permanecia impassível. Entretanto, nesse tempo a França possuía um pacto de assistência mútua com a União Soviética. Blum procurava ignorar esse pacto. Entendia-se com o governo reacionário de Chamberlain, na Inglaterra, e a política exterior britânica submetida a política da França.

OS DESEJOS DA REAÇÃO

Blum deixara de realizar o governo da Frente Popular para fazer o governo das «200 Famílias», dos grupos financeiros franceses.

Foi precisamente essa traição de Blum aos trabalhadores, ao povo e, portanto, aos interesses supremos da Nação francesa, que levaram a Munich e, depois, à guerra.

A 12 de março de 1938 Hitler dava mais um passo para a dominação da Europa, ocupando a Áustria. Blum era novamente governante, embora a Frente Popular já estivesse destruída por suas traições anteriores. Ele mesmo reconhecia a gravidade do momento que vivia a França, e advogava a participação dos comunistas no governo que estava procurando formar, para substituir Chautemps. Dizia então aos reacionários franceses: «Em caso de guerra, mobilizar-se-ão os comunistas, como quaisquer outros. E depois de tudo, os comunistas representam 1.500.000 operários, grandes e pequenos negociantes. Não tendes o direito de expulsá-los. Ireis precisar deles quando necessitardes acelerar a produção de armamentos. Precisaréis da sua ajuda, como precisaréis da ajuda da Confe-

O Gigante Da Siderurgia Soviética

A fábrica metalúrgica que tem o nome do herói soviético Kirov, de Makeyevka, é a mais importante de todas as empresas de siderurgia soviéticas. Antes da guerra, produzia tanto metal como dezenas de empresas metalúrgicas da velha Rússia tsarista reunidas.

Os invasores alemães destruíram a fábrica «Kirov». Aparentemente os altos fornos; deixaram de funcionar os fornos Martin; ficaram paralizadas as centrais elétricas. Através do Exército soviético libertador regressaram os trabalhadores metalúrgicos de Makeyevka. Foi iniciado então um intenso trabalho para reconstrução da fábrica gigante.

Atualmente, a fábrica produz ferro fundido de alta qualidade, aço e laminados. Está parcialmente restaurada e já é uma das grandes empresas em atividade no renascimento Donbass. Os altos-fornos da fábrica conservam, há vários meses, a bandeira que disputam as melhores oficinas de fundição da URSS. O primeiro alto forno reconstruído da fábrica «Kirov» conseguiu, ainda em 1946, a capacidade de produção de antes da guerra e lançou 25 mil toneladas de ferro fundido além da quota que lhe atribuiu o Plano Quinquenal. Mas os operários da fábrica,

Makeyevka não se conformaram com as vitórias obtidas. Empreenderam a reconstrução dos altos-fornos, o que permitirá aumentar consideravelmente a produção de ferro. Segundo o Plano geral, será construído um novo alto-forno cujo volume será de 1.300 metros cúbicos.

Os operários da fábrica «Kirov» se atribuíram a tarefa de alcançar o nível de antes da guerra em todas as seções da fábrica. A fundição de aço foi aumentada mensalmente em todas as seções da fábrica. A fundição de aço foi aumentada mensalmente em 1.200 toneladas. Também aumentou notavelmente a produção das oficinas de aços laminados.

O plano de quarto quinquênio staliniano abre perante a fábrica «Kirov» novas perspectivas. No transcurso dos cinco anos, até 1950, a fábrica terá sido completamente reconstruída e, também, ampliada. A produção de ferro fundido aumentará em 50 por cento sobre o ano de 1940; a de aço, 100% e a de laminados, 50%.

No fim do plano quinquenal, somente a gigantesca fábrica «Kirov», de Makeyevka, produzirá tanto ferro fundido, aço e laminado como todas as fábricas da Itália, Espanha, Hungria e Noruega reunidas.

deração Geral dos Trabalhadores. De que tendes medo? Tendes receio de que eles venham a influenciar na política exterior?»

Mas o «muniquista» Daladier se batia para que os comunistas fossem mandados para campos de concentração e não para a frente de guerra. Era uma forma de favorecer a dominação da França pelos nazistas.

E Blum se submetia ctimosamente aos reacionários e pró-hitleristas. Abandonava seus argumentos e formava um governo de reacionários que iam entregar a França a Hitler.

Ante o acordo assinado pela Inglaterra e a França em Munich, com Hitler e Mussolini, tratando de empurrá-los contra a União Soviética, Blum não protestou, fez frases assim: «Sinto apenas um misto de covardia alívio e vergonha».

Como era de esperar, foi parar num campo de concentração nazista.

OS NAZISTAS NÃO MUDARAM PARA BLUM

Depois da guerra, voltou intacto — apesar de ser judeu — chefe do Partido Socialista — à atividade política. Mas para seguir os mesmos torpes processos de antes da guerra: trata a união que socialistas e comunistas haviam concluído durante os duros anos da resistência

subterrânea à opressão nazista. Sabendo, melhor do que ninguém, que 70 mil comunistas haviam perdido a vida para que a França recuperasse sua liberdade e independência, Blum continuou a insultar soezmente os comunistas. Os comunistas são uma força infinitamente mais poderosa hoje do que antes da guerra. Mas Blum sustenta hoje os argumentos de Daladier para afastar os comunistas do governo.

A um simples aliado dos imperialistas americanos e o principal responsável pelos sucessos eleitorais de De Gaulle, pois, contra a vontade da massa socialista, apoiou os candidatos degaullistas, mesmo em companhia de antigos «colaboracionistas» dos alemães.

Leon Blum, referindo-se certa vez a Laval, quando este anda pertencendo ao Partido Socialista, dizia: «Nunca se poderá dizer onde estará Laval amanhã, salvo que cada vez está mais próximo da Direita». Blum não sabia que a sua própria trajetória seria a mesma: cada vez mais aliado à reação, hoje um simples joguete dos grupos imperialistas americanos que sonham dominar o mundo.

É este o passado do homem que a Assembléa francesa acaba de recusar-se a aceitar como primeiro ministro da França.

O Povo Paulista Já Elegeu, Até Agora, 130 Vereadores Comunistas

A vitória das forças democráticas nas eleições realizadas no Estado de São Paulo não se reduziu à eleição do prefeito Armando Mazzo, comunista, para o importante município de Santo André, nem à posição majoritária que o povo da capital bandeirante deu aos candidatos comunistas à Câmara Municipal, eleitos sob a legenda do PST, nem tampouco à votação cerrada do povo e do proletariado de Santos e Sorocaba garantindo nas respectivas Câmaras a mesma posição majoritária para os candidatos de Prestes. Estes foram vitória do povo e do proletariado contra Dutra e seus asseclas.

Os pontos mais altos da grande vitória estendeu-se por todo o Estado. Numerosos municípios paulistas contam hoje na composição de suas Câmaras Municipais com candidatos de Prestes eleitos pelo povo. Isto significa que também no interior vai crescendo a influência dos comunistas, devido naturalmente à posição justa assumida pelo Partido de Prestes em face dos problemas nacionais, colocando-se sempre ao lado do povo contra a reação.

Publicamos abaixo alguns dos municípios que contam com vereadores comunistas em suas Câmaras:

TANABI — 4 vereadores;

RESPONDENDO AOS CASSADORES DE MANDATOS, O POVO DO GRANDE ESTADO BANDEIRANTE ESTÁ COLOCANDO NAS CAMARAS DE NUMEROSOS MUNICIPIOS OS CANDIDATOS INDICADOS POR PRESTES

PRESIDENTE WENCESLAU — Uma vereadora; ARACATUBA — 2 vereadores; MONTE APRAZIVEL — Uma vereadora; ORIENTE — Um vereador; BOTUCATU — Um vereador; PRESIDENTE PRUDENTE — Um vereador; MOGI DAS CRUZES — 3 vereadores; ANDRADINA — Um vereador. Todos eles inscritos sob a legenda do PSP. SÃO ROQUE — 2 vereadores; PONTAL — Um vereador; DOIS CORREGOS — Um vereador; RIBEIRÃO PRETO — 2 vereadores; RIBEIRÃO BONITO — 2 vereadores; AVANHANDAVA — Um vereador. Todos eles eleitos sob a legenda do PSD. FERNANDOPOLIS — 2 vereadores; MARILIA — 2 vereadores; VOTUPORANGA — Um vereador; RIO CLARO — 3 vereadores. Todos sob a legenda da UDN. MIRASOL — Um vereador; BOITUVA — Um vereador; CHAVANTES — Um vereador; ITIPAPINA — Um vereador; ASSIS — Um vereador; GETULINA — Dois vereadores; CAMPINAS — 3 vereadores; LINS — Um vereador. Todos sob a legenda

do PTB. BRAGANÇA PAULISTA — Um vereador; LUCCELIA — Um vereador; SANTO ANASTACIO — 2 vereadores. Todos sob a legenda do PTN. FRANCA — Um vereador; JUNDIAÍ — 3 vereadores; AMPARO — Um vereador. Todos sob a legenda do PSB. Por diversas coligações de partidos foram eleitos ainda os seguintes candidatos de Prestes em outros municípios: PRESIDENTE WENCESLAU — Um vereador; VERA CRUZ — Um vereador; PIRAJUI — Um vereador; GUARA — 2 vereadores; POMPEIA — Um vereador; OURINHOS — Um vereador; GENERAL SALGADO — 2 vereadores; MORRO AGUDO — 2 vereadores; JABICABAL — Um vereador; GUARULHOS — Um vereador; PRESIDENTE BERNARDES

— Um vereador; IBIRÁ — Um vereador. No município de Igarapava, todos os partidos organizaram uma frente única e concorreram, inclusive os comunistas, com uma única chapa à vereança municipal que foi eleita automaticamente. Nela está incluído um candidato de Prestes.

Sob a legenda do PST foram eleitos ainda mais os seguintes candidatos de Prestes: BAURÓ — Um vereador; GRAÇA — Um vereador; BARRETOS — 2 vereadores; AMERICANA — Um vereador.

Estes são, contudo, alguns dos municípios paulistas cujos resultados já são conhecidos. Faltam ainda numerosos outros nos quais os comunistas também foram colocados pelo povo nas Câmaras Municipais. Só nestes que aqui citamos o

número de vereadores comunistas soma um total de 73. Acrescentando-se mais 15 em Sorocaba, 15 em São Paulo, 13 em Santos e 14 em Santo André, temos um total de 130 vereadores.

E' ainda um resultado parcial mas já demonstra claramente que, apesar das investidas de Dutra e seus asseclas contra a democracia em nossa pátria, o povo está decidido a pôr um fim aos desmandos da reação, elegendo candidatos comunistas às centenas para os legislativos municipais como uma resposta clara e inofensível aos cassadores de mandatos dos parlamentares comunistas.



Prestes Em Minas



Esteve em Minas Gerais na semana passada o senador Luiz Carlos Prestes, depois de ter visitado o Estado de São Paulo, onde partici-

pou da campanha eleitoral, tendo falado ao povo e ao proletariado da capital e do interior do Estado bandeirante em memoráveis concentrações de massa.

No Estado de Minas, também participando da campanha eleitoral, o senador mais votado do Distrito Federal, falou ao povo e ao proletariado mineiro, mostrando-lhe a necessidade de dar mais um passo no avanço democrático de nossa pátria, elegendo os verdadeiros filhos do povo para as prefeituras e Câmaras Municipais, respondendo assim, de maneira vigorosa, ao grupo fascista, aos cassadores de mandatos, aos inimigos da democracia.

Como aconteceu em S. Paulo, os comunistas fizeram alianças em Minas Gerais com vários partidos, derrotando a reação em seu objetivo de isolar o Partido de Prestes. Em Uberlândia, importante cidade do triângulo mineiro, foram incluídos na chapa do PSD 5 candidatos comunistas à vereança. Também na cidade de Uberaba os comunistas concorreram às eleições municipais com 3 candidatos na chapa do mesmo partido.

As Eleições No Rio Grande do Sul

As eleições municipais no R. G. do Sul, apesar do estado de insegurança criado pelo sr. Walter Jobim coagindo de uma forma ostensiva a propaganda eleitoral, transcorreram entre grande entusiasmo do povo que compareceu às urnas. A política de coação e ameaças do governador Walter Jobim, impedindo a realização das campanhas eleitorais amplas, prendendo vereadores, cometendo outras tropelias, deu como resultado uma abstenção de 30 a 40% em muitos municípios gaúchos.

Em quase todos os municípios os comunistas concorreram ao pleito sob a legenda do PSP. Na cidade do Rio Grande foram eleitos 3 vereadores indicados por Prestes, 1 em Rosário, 1 em S. Jerônimo, 2 em Pelotas, 3 em Porto Alegre, de acordo com resultados parciais que obtivemos.

O povo paulista na defesa dos mandatos

MEMORIAL Com Milhões De Assinaturas

Em todas as reuniões realizadas em toda a cidade de São Paulo estão colhendo assinaturas para um manifesto a ser entregue à Assembléia Legislativa em que o povo paulista manifestará sua repulsa ao infame projeto que visa a cassação dos mandatos de representantes do povo. Esse manifesto, que terá a assinatura de milhões de patriotas, está despertando o maior interesse no seio do povo, inclusive nas cidades do interior onde estão sendo colhidas, também, assinaturas para o mesmo. Na capital, além das medidas na rua, existem fênelucas impressas do manifesto aos partidos eleitorais dos candidatos de Prestes, na edição do jornal *Estado*, em todos os organismos democráticos.

